



NAS TEIAS DA MEMÓRIA, O MUSEU, O ARQUIVO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Matheus França Ragievicz*
UFPR

A obra *Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)curso* traz ao leitor uma série de textos interessados em discutir a memória enquanto objeto *teórico* e *simbólico*. Organizado por Maria Cleci Venturini, reconhecida pesquisadora sobre o discurso urbano, o livro caracteriza-se por uma pluralidade pulsante de pesquisas, reflexões e inquietações provenientes de diferentes campos do saber, como a análise de discurso, a literatura e a história das ideias linguísticas. Cabe salientar que a publicação, de 2017 (Pontes Editores), é resultado das discussões do “I Colóquio Museus, Arquivos: espaços de memória no/do discurso urbano” realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) em 2016. A coletânea, prefaciada por Amanda Scherer, conta com a presença de quinze capítulos escritos por pesquisadores de variadas instituições, o que demonstra, em certa medida, a heterogeneidade e a originalidade da organização do volume. Os eixos estruturadores, a saber, *museus*, *arquivos* e *produção de conhecimento* encontram na memória a linha que conduz, relaciona e combina a diferença estruturante do livro.

No primeiro eixo, o de *museus*, encontramos quatro contribuições. Na primeira delas, *História, Memória e Gestos de interpretação: uma experiência linguística e discursiva no interior do Museu de Cádiz*, encabeçada pela parceria entre Juan Manuel López Muñoz, Verli Petri e Natieli Luiza Branco, somos conduzidos a Cádiz, cidade ao sul da Espanha. A reflexão centra-se na experiência de visita ao museu da cidade andaluza e as provocações que Muñoz, professor da disciplina de Linguística na universidade existente em Cádiz, incita todos os anos aos alunos de suas disciplinas na visita ao museu. O desdobramento da

visita objetiva, conforme os autores, a levar os estudantes ao longo do ano, a compreender a memória e o linguístico pela semântica, pela pragmática e pela análise do discurso. A etiqueta (elemento linguístico presente no espaço) e a disposição das obras expostas ganham relevância, posto que ambas corroboram o modo de interpretação das obras (em sua maioria, pinturas barrocas). Deste modo, os autores optam por tomar o museu como espaço significante, capaz de germinar as condições para o acontecimento, por meio do contato do sujeito e a obra; *encontro* que, segundo os pesquisadores, pode vir a consistir no *estranhamento* ou na incorporação de memórias *a conhecer* no imaginário dos estudantes. Particular e convidativo, o primeiro capítulo indica ao leitor as pegadas que perfazem o caminho do livro, oferecendo-lhe elementos para, desde o início, afinar o olhar em direção à memória e suas formas de materialização e presentificação no espaço público.

Na sequência, Maria Cleci Venturini (a organizadora) traz à baila uma requintada interpretação da “Quinta das Lágrimas”, monumento português dedicado a Inês de Castro, cujo título é *Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento*. A pesquisadora explora com delicadeza a narrativa histórica sobre Inês de Castro e sua incidência na constituição do espaço da “Quinta das Lágrimas”, como *espaço de memória* que funciona como museu a céu aberto (trata-se de um monumento em espaço público e aberto à visitação, composto famosamente por uma fonte e um jardim – onde Inês foi assassinada). Apresentando o mito ao leitor, Venturini criva a relação entre o discurso urbano e o corpo, *corpo-memória, corpo-documento* que se produz na “ritualização” de Inês de Castro no espaço em que *jaz e vive*. A autora acerta ao demonstrar como a memória e o discurso se entrelaçam na produção do imaginário sobre Inês de Castro, que se sobretermina pelo *urbano*, pela *narratividade histórica* e pela *rememoração da morte/vida*.

Por conseguinte, Lucília Maria Abrahão e Souza dirige *De presença e ausência: trilhamentos discursivos em dois museus*, em que se dedicada a compreender o Museu da Língua Portuguesa (MLP) e o Museu do Amanhã (MA), desvelando os efeitos metafóricos imbricados na constituição do discurso sobre a morte e sobre o futuro, atinentes, respectivamente, a cada um dos museus examinados. Abrahão e Souza destaca *o modo de narrar o morto* e o paradoxo de

catalogar o futuro, uma memória porvir; a autora demonstra a tensão, o confronto e a inconformidade na *mostra* do vivido e do ainda a viver. Portanto, criva a pesquisadora que a interpretação do memorável no museu se constituirá a partir de uma voz institucional que estabelece a ordem e a narratividade da memória. Absolutamente inquietante, a reflexão empreendida por Abrahão e Souza (des)enlaça a *tessitura* do tempo, entre a vida e a morte, o esquecimento e a memória na constituição das “casas de memória”.

Último capítulo da primeira parte, *Museus, Musos e o Museu Pós-Colonial: porta aberta para o “encolhimento”?* de autoria de Adelaide Chicorro Ferreira, tem por objetivo debater como a memória encontra ecos na cidade e no museu. A autora, portuguesa e pesquisadora do campo da ecolinguística, sublinha como Coimbra tornou-se uma *cidade-museu*, cabendo destaque, nessa direção, à revitalização de espaços públicos (sobretudo, a experiência na universidade em que trabalha) em detrimento de novas construções. Ferreira não hesita em levantar a bandeira do ativismo ambiental, elemento fundamental, ao seu ver, na construção do futuro de Portugal. Tais discussões a conduzem ao ponto chave de sua reflexão: a experiência inédita a sua atuação como professora de germanística em uma orientação de estágio no *Museu de João Soares de Leira*. A discussão empreendida pela pesquisadora, deste modo, busca salientar, a partir da estruturação de um relatório de observação, como o olhar do visitante se forma no contato e na interpretação com museu. Por meio de suas palavras, passamos a nos questionar como a memória e o museu se cruzam na formação social portuguesa.

A segunda parte do livro, *arquivos*, conta com a contribuição de cinco textos. A seção começa com a contribuição de Vanise Medeiros em *Na urdidura das notas de rodapé, arquivos da língua*. A autora toma como objeto de estudo as notas de rodapé nos romances de José de Alencar, considerando-as um *arquivo de língua*. Demonstra-se como as notas possibilitam a inscrição de outros dizeres, que não se encontram no corpo do texto. Inscrevendo a questão na interseção entre História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, Medeiros explora o discurso historiográfico para demonstrar como nas notas de Alencar há um *arquivo* constituído no confronto e na contradição. Em seguida, Maria Salete Borba com *Menino mentido – topologia da cidade por ele habitada: o arquivo moderno de Valêncio Xavier*, emplaca o começo

de uma sequência de capítulos que possuem como arquivo a literatura. Borba realiza uma análise sobre um arquivo heterogêneo, isto é, produções verbais e/ou imagéticas de Valêncio Xavier. Optando por apreender “a leitura de um passado desterrado”, a autora recorre ao método benjaminiano para adentrar o arquivo. As produções de Xavier, intensamente inquietantes, são analisadas por Borba de forma genial: se demonstra a textualização da cidade *do passado*, por meio da memória da narração; as agitações políticas e seu modo de materialização no relato; o individual ecoando pelo social. A reflexão da autora abre possibilita aos que não estão familiarizados com a teoria literária, passarem a conhecer mais do tratamento, da metodologia e da análise do arquivo nesse campo.

Impasses do arquivo: movimentos de Rita Lenira de Freitas Bittencourt trata de uma teorização do arquivo pautada, sobretudo, nos pressupostos derridianos (desconstrução). A autora, para alcançar seus objetivos, tece uma discussão arguida com delicadeza poética; nos mostra como o arquivo é um conceito plural e dissonante, constituído em possibilidades e memórias. Seguindo, Adenize Franco e Nilcéia Valdati escrevem *A constituição da memória na cidade-texto: as narrativas de Bernardo Carvalho e João Gilberto Noll*. Pautando-se em dois arquivos distintos, a saber, as ficções de Bernardo Carvalho e João Gilberto Noll, as autoras lançam-se a refletir a dupla espaço/tempo na arquitetura da memória. Abrem o trabalho a diferentes noções da memória, o que possibilita ao leitor o reconhecimento de diferenças e de desencontros nos modos variados de se teorizar a memória. Franco e Valdati encontram na cidade os elementos constitutivos da relação das ficções analisadas, que se materializam em *cidade-tempo*, *cidade-texto*, *sujeito-cidade*. Nesse entremeio, a cidade passa a figurar como um arquivo que faz ecoar memórias, mortes, vidas e esquecimentos. Concluindo a segunda parte, encontramos outro texto que se preocupa com o arquivo: *Entre o medieval e o moderno: a cidade de Pinhão/PR como “cidade campestre”* de Marilda Aparecida Lachovski. Filiando-se à Análise de Discurso, Lachovski analisa a produção de sentidos em torno da cidade e do espaço urbano de Pinhão/PR. O foco da autora é o museu de Pinhão que, conforme afirma, instaura um duplo modo de significar a cidade; de um lado, na *cidade-museu* - memória arquivada, institucionalizada, normatizada, regulada – apresenta-se ao visitante por meio de sujeitos fundadores (homens e mulheres com cargos e

funções político-administrativas), apagando ao mesmo passo o campesinato (trabalhadores que *edificaram* Pinhão); de outro, a *cidade-real* que não se produz apenas imaginariamente, que conforme a pesquisadora, é “móvel e presente”. O *arquivo* da cidade, portanto, passa a assentar modos de dizer e (se) significar (n)o espaço citadino, entre silêncios, vozes, confrontos de memórias...

Chegando à terceira e última parte do livro, somos tocados por discussões que prezam por explicitar a *produção de conhecimento*. A seção é composta por seis textos, iniciada por *Do funcionamento do “sabe-se que” às possibilidades de interpretação no discurso sobre museu* de Verli Petri. O objetivo da autora é discutir os efeitos de sentido da expressão “sabe-se que” que, emergem, particularmente, no discurso acadêmico e pedagógico *sobre* o museu. Petri chama atenção para o efeito de evidência que ronda o enunciado “sabe-se que”, uma vez que fechando-se à possibilidade do saber, a expressão produz sentidos cristalizados e opacos aos sujeitos. O *arquivo* da autora conta com imagens de artefatos de museus e textos encontrados no espaço virtual, que a permitem demonstrar que o “sabe-se que” atua na produção de consensos *imaginários* que não são partilhados por todos os sujeitos e reduzem-se ao espelho e reflexos da evidência. Examinando discursos *sobre* o museu, Petri (2017, p. 219) chega à conclusão de que o museu se caracteriza como: “[...] espaço privilegiado de produção de sentidos outros, com os ditos e os não-ditos que o constituem; com os objetos que estão expostos ali e com os que não estão [...]”. Defendendo essa posição, Petri relativiza o papel da evidência na produção de conhecimento sobre o museu, deslinearizando dizeres que conduzem os sujeitos, em realidade, ao sítio do *desconhecimento*.

A próxima contribuição é de Maria Iraci Souza Costa com *História e memória: o complexo processo de edição de uma obra*. A pesquisadora visa explorar a relação de autoria e de edição que envolvem a produção como livro do *Curso de Linguística Geral* de Saussure. A autora decide abordar a questão pelo que considera “controvérsias na definição de signo linguístico e sua terminologia”, ao passo que questiona e indaga os editores originais da obra. Para tanto, se pauta em uma versão que compila as notas de Saussure, não consultadas pelos editores na primeira versão. Costa demonstra que a produção do conhecimento não se faz sem ressalvas e controvérsias,

acabando por reafirmar o papel *fundador* do Curso frente à formulação do campo disciplinar da Linguística e a importância da publicação original.

Por sua vez, Maria Cláudia Teixeira em *O dicionário como lugar de memória centra-se em refletir a relação entre espaço rural/espaço urbano* na definição do significante “rua” em dicionários de língua portuguesa do século XVII até à contemporaneidade. Entendendo o dicionário como “material histórico da língua”, Teixeira passa a teorizá-lo como *lugar de memória* responsável pela povoação de sentidos assentados e institucionalizados. Seu percurso leva o leitor a visualizar os sentidos de rua cambiando-se na transição de condições de produção; o ponto em comum, em sua constituição, não deixa de ser a oposição à “casa”, ao “público” e ao “cidadino”. Outra importante contribuição de Teixeira é, na medida do avanço temporal na descrição dos efeitos de sentido do significante, demonstrar como a mudança do sentido de rua passa, paulatinamente, a ser estabelecido com a adoção de gramáticas brasileiras e não mais portuguesas (predominantes nos primeiros séculos). Os esforços empreendidos pela autora resultam num texto profundamente esclarecedor quanto às formas como o conhecimento metalinguístico e discursivo se instauram a partir/pelo corpo social.

Logo depois encontramos *O parecer na configuração da revista científica* de autoria de Zélia Maria Viana Paim. A pesquisadora põe em relação memória e arquivo para debater a produção de conhecimento a partir da revista científica, mais precisamente, através do *parecer* e do sentido de *legitimidade* que é conferido por este ao artigo científico. Paim discorre sobre os objetivos, os propósitos e a função da revista científica, enfocando, de sobremaneira, na influência do eletrônico na formulação do conhecimento científico criado e disponibilizado em plataformas virtuais. No que cabe aos *pareceristas* e aos pareceres, a autora destaca que se configuram como pedras angulares para a contemplação de indicadores de qualidade (acordados por autoridades *ditas* científicas) e nos avanços da ciência. Os pareceres, centro do debate, são vistos como indispensáveis ao asseguramento da qualidade do periódico, mas ao mesmo tempo são objetos ausentes (não visíveis – “arquivos a não se ver/ler”) em oposição aos artigos, presentes (visíveis). Paim produz uma discussão profícua que revela ao leitor engrenagens e mecanismos que

possibilitam ao “científico” ser considerado “científico” no domínio dos estudos da linguagem.

Cristiane Dias, autora de *Memória como arquivo: sujeito, dados e circulação*, traz ao debate o modo como o conhecimento é produzido a partir de sua constituição no arquivo digital. A autora lança uma série de questões para abrir caminho a se pensar a complexa rede de variáveis mecanismos que sustenta o digital e a formulação do arquivo nesse espaço. Destaca, por exemplo, o movimento contemporâneo de transferência do arquivo das instituições legitimadas pelo Estado para o controle das corporações digitais, que passam a gerir os arquivos por meio de sistemas, algoritmos e sofisticadas ferramentas tecnológicas. Dias também analisa a relação de plataformas de armazenamento online, como *Dropbox* e *Google Docs*, que funcionam em relação ao arquivamento da memória; dirá que essas ferramentas armazenam arquivos que *não devem ser esquecidos*. Nessa direção, o tratamento dado pela autora à relação entre memória e arquivo é bastante apropriado, pois, à medida que demonstra suas diferenças, podemos compreender as formas do seu funcionamento. Em resumo, nas palavras de Dias (2019, p. 283) arguindo junto com Robin: “Arquivamos a própria memória. O arquivo é ele próprio a memória recuperável. Essa memória não traz em si o jogo de lembranças e esquecimentos, mas ‘congela a lembrança na esfera do acontecimento vivido’ (ROBIN, 2016) [...]”.

Contribuições da perspectiva discursiva para a compreensão do funcionamento do documento, de Simone de Mello de Oliveira e Kelly Fernanda Guasso da Silva, é o último texto da seção e também aquele que fecha o livro. O objetivo das autoras é, tomando o documento como *materialidade significativa*, demonstrá-lo como meio de tomado de posição do sujeito diante da língua. A afirmação da posição resultará, conforme frisam as autoras, no modo como se dá a produção de conhecimento. Oliveira e Silva também consideram o documento não apenas como suporte escrito, registro oficial e texto verbal, mas como texto que inscrito pelo discurso, se faz entre palavras e imagens. As autoras explicitam instrutivamente como a produção do saber na formulação do documento é povoada por gestos de interpretação, como também de atravessamentos ideológicos, sociais e históricos.

Para terminar, vale salientar elementos que atravessam singularmente a coletânea, organizada com primor e cuidado por

Venturini. A presença profundamente feminina merece menção, haja vista que, no universo da produção acadêmica, ainda são tímidas as incursões e a publicização da mulher na produção do saber. De modo discreto, a presença é sumamente importante no caminho de leitura traçado ao leitor. Outro ponto importante é o papel da memória no atravessamento dos três eixos que estruturam o livro, isto é, *museus, arquivos e produção de conhecimento*; enlaçando-se ao discurso e às formas de produção do sentido, as discussões levantadas em diferentes campos do saber se complementam na medida que abrem horizontes e possibilidades ao leitor para encontrar, na diferença, a memória em suas diferentes faces e teorizações. Aliás, se tivéssemos que aferir algum juízo em relação ao livro, certamente seria a sua genialidade de abrir perguntas, interpretações e sentidos a partir/através do *dissenso*.

Referência bibliográfica

VENTURINI, M. C. (Org.) **Museus, arquivos e produção de conhecimento em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

Nota

* Doutorando em Estudos Linguísticos – PPGLET/UFPR.